

**GT 3. Classes sociais e transformações no mundo do trabalho**

A experiência da Flaskô e a forma cooperativa

Filipe Raslan*

O processo de reestruturação produtiva, como um complexo de transformações nas relações estabelecidas entre empresas, classe trabalhadora e Estado, como um momento particular de recomposição das formas da acumulação capitalista, notada particularmente a partir das três últimas décadas do século XX. Os anos 1990 para o Brasil tiveram como característica um forte aumento do desemprego aberto, acompanhado do crescimento do trabalho informal, o que levou grandes parcelas da classe trabalhadora para a margem do mercado de trabalho.

As saídas para essa crise de desemprego oscilam entre criar uma organização cooperativa dos trabalhadores em determinados casos, assumir a co-gestão das empresas em outros, desempregados que se organizam ou que são contratados como cooperativados, e, especialmente, como no caso da Flaskô, trilhar pelo controle operário da fábrica, lutando por sua estatização.

A forma cooperativa demonstra historicamente que o operariado prescinde de uma classe de proprietários para conduzir a produção de bens, mas a tendência que se nota é a cooperativa ser considerada abstratamente, sem se levar em conta seus aspectos históricos.

Neste artigo são apresentados elementos para o debate do que vem a ser a batalha pela manutenção de postos de trabalho. A proposta da forma

* Doutorando em Sociologia pela Unicamp. End. eletrônico: fraslan@hotmail.com

cooperativa apresentada como panacéia para a desagregação sofrida pelos trabalhadores traduzida pelo desemprego e pela precarização na evolução ofensiva do capital no processo de acumulação se traduz no “fetiche da forma”, que representa, para os seus defensores, uma resposta dos trabalhadores à acumulação flexível. Entretanto, para estes mesmos trabalhadores, o cooperativismo é a forma de ser que lhes garante o emprego, porém, acompanhada de concessões que lhes subtraem os direitos trabalhistas, abandonando o ponto de vista da luta de classes. É essa forma de ser que os operários da Flaskô recusam.

A forma cooperativa

Desde junho de 2003 operários da Flaskô ocupam a planta da fábrica que fica em Sumaré, na região de Campinas-SP. Em janeiro de 2003, a empresa estava praticamente abandonada, sem energia. De janeiro a maio desse mesmo ano, a Flaskô ficou praticamente fechada, com um faturamento que não chegou a trezentos reais.

Quando se depara com o caso da Flaskô, em que o elemento de defensividade dos empregos é evidente, a idéia da forma cooperativa de produção, devido a dois principais fatores é a primeira que vem à mente. O primeiro, obviamente, por se tratar de um movimento comum, um procedimento quase natural na seqüência do processo em que os operários tomam uma empresa em dificuldades. Em geral, nesse caso, formam uma associação cooperativa em seguida à ocupação. E esse é o motivo de os trabalhadores da Flaskô sofrerem pressões para transformar a fábrica em uma cooperativa. Em segundo lugar, pelo fato de o movimento cooperativista constituir-se num movimento histórico, remetido aos primórdios do capitalismo, desde o começo do século XIX com Robert Owen, que promoveu experiências cooperativistas na Inglaterra.

As pressões para formação de cooperativa não partem apenas do movimento operário, mas são fruto da dinâmica atual do capital, que utiliza o desemprego como matriz para pressionar os trabalhadores de cooperativas à perda de direitos trabalhistas. Nesse sentido, é preciso investigar as razões históricas da concepção dessa forma de organização como uma panacéia entre os trabalhadores.

O primeiro traço dessa solução é a superfluidade, dentro de uma cooperativa de produção, da figura do patrão.

Referimo-nos ao movimento cooperativo, principalmente às fábricas cooperativas levantadas pelos esforços desajudados de alguns as audazes.

O valor dessas grandes experiências sociais não pode ser superestimado. Pela ação, ao invés de por palavras, demonstram que a

produção em larga escala e de acordo com os preceitos da ciência moderna, **pode ser realizada sem a existência de uma classe de patrões que utilizam o trabalho da classe dos assalariados**; que, para produzir, os meios de trabalho não precisam ser monopolizados, servindo como meio de denominação e de exploração contra o próprio operário; e que, assim como o trabalho escravo, assim como o trabalho servil, o trabalho assalariado é apenas a forma transitória e inferior, destinada a desaparecer diante do trabalho associado que cumpre a sua tarefa, com gosto, entusiasmo e alegria (MARX, 1977b, p. 319-320) 1.

A dispensa da figura do patrão apenas ratifica a capacidade do movimento operário de gerir o processo produtivo, seguindo autonomamente seu caminho. Ao contrário, essa demonstração científica da Economia Política dos trabalhadores de que o operariado independe de uma classe de proprietários para produzir não encerra a luta de classes, bem como não se constitui em solução para os trabalhadores.

Ao mesmo tempo, a experiência do período decorrido entre 1848 e 1864 **provou acima de qualquer dúvida que, por melhor que seja em princípio**, e por mais útil que seja na prática, o trabalho cooperativo, se mantido dentro do estreito círculo dos esforços casuais de operário isolados, **jamais conseguirá deter o desenvolvimento em progressão geométrica do monopólio, libertar as massas**, ou sequer aliviar de maneira perceptível o peso de sua miséria. **É talvez por essa mesma razão que, aristocratas bem intencionados, porta-vozes filantrópicos da burguesia e até economistas penetrantes, passaram de repente a elogiar *ad nauseam* o mesmo sistema cooperativista de trabalho que tinham tentado em vão cortar no nascedouro, cognominando-o de utopia de sonhadores, ou denunciando-o como o sacrilégio de socialistas**. Para salvar as massas laboriosas, o trabalho cooperativo deveria ser desenvolvido em dimensões nacionais e, conseqüentemente, incrementado por meios nacionais (MARX, 1977b, p. 319-320) 2.

Não é difícil imaginar hoje em dia, utilizando as mesmas palavras de Marx, quais *economistas penetrantes*, repisam a necessidade de formação de cooperativas como solução para o atual momento do capitalismo. Mas o combate de Marx (1977a) para rechaçar as simplificações e distorções dava-se inclusive dentro do movimento operário. A formação das cooperativas estava no *Programa de Gbota*, em que o partido operário alemão exigia a formação de cooperativas com a ajuda do Estado, para a formação de uma organização socialista do trabalho.

Depois da “lei de bronze” de Lassalle, vem a panacéia do profeta. E se lhe “prepara o caminho” de um modo digno. A luta de classes existente é substituída por uma frase de jornalista: ”o **problema** social”, para cuja

1 Grifos nossos

2 Grifos nossos.

“solução” “prepara-se o caminho”. A “organização socialista de todo o trabalho” não é o resultado do processo revolucionário de transformação da sociedade, mas surge da “ajuda do Estado”, ajuda que o Estado presta as cooperativas de produção “criadas” por ele e não pelos operários. Esta fantasia de que com empréstimos do Estado pode-se construir uma nova sociedade como se constrói uma nova ferrovia é digna de Lassalle! (MARX, 1977a, p. 237-238).

A ajuda de Lula

A *ajuda* do Estado para formação de cooperativas que estava no programa do partido alemão não é exclusividade deste. A “ajuda” disponibilizada aos operários da Flaskô pelo governo do Partido dos Trabalhadores do Brasil na gestão de Lula, por meio de sua Secretaria Nacional de Economia Solidária, que tem a formação de cooperativas como principal instrumento de construção de uma sociedade “mais justa”, foi rejeitada pelos operários. Além das perdas que os trabalhadores assumem ao se organizar em cooperativa, ocorre a imersão do movimento exclusivamente na esfera da economia, deixando de lado as reivindicações políticas necessárias à transformação real do estado de coisas.

E nesse processo em que os operários da Flaskô se opõem à formação de uma cooperativa, é importante lidar na esfera política. É no campo da luta política que os trabalhadores se conformam como uma classe organicamente orientada e, nessa medida, o movimento cooperativista se distancia das estratégias da luta de classes, para subordinar-se à esfera do mercado numa possível melhoria pontual da qualidade de vida de cada núcleo cooperativo.

O verdadeiramente escandaloso não é tampouco o fato de que se tenha levado para o programa esta cura milagrosa específica, mas o fato de que se abandone o ponto de vista do movimento de classes, para retroceder ao movimento de seitas.

O fato de que os operários desejem estabelecer as condições de produção coletiva em toda a sociedade e antes de tudo, em sua própria casa, numa escala nacional, só quer dizer que otram por subverter as atuais condições de produção, e isto nada tem a ver com a fundação de sociedades cooperativas com o Estado. E, no que se refere às sociedades cooperativas atuais, estas **só** têm valor na medida em que são criações independentes dos próprios operários, não protegidas nem pelos governos nem pelos burgueses (MARX, 1977a, p. 238).

O avanço do capital é de fato uma realidade para os trabalhadores que ousam resistir. Por não aceitarem a proposta do governo Lula de formação de cooperativas, os trabalhadores da Cipla, Intefibra e Flaskô sofreram ataques diretos contra sua organização. Como os trabalhadores das

três empresas ocupadas resistiram às propostas do Governo de criar cooperativas, no final do mês de maio de 2007, um interventor passou a gerenciar as duas primeiras fábricas³. Ele foi nomeado pela Justiça Federal a pedido do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), vinculado ao Ministério de Previdência Social, cujo ministro é Luis Marinho organizado no Partido dos Trabalhadores (PT) e ex-presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), maior central sindical do Brasil. Acompanhado de policiais federais, a primeira atitude do interventor foi demitir cerca de 40 operários vinculados ao Conselho de Fábrica das empresas de Joinville.

Logo em seguida, no mês de junho, foi a vez de a Flaskô sofrer ingerência, mas desta vez o interventor logrou êxito. Os trabalhadores resistiram à intervenção e impediram que acontecesse como nas fábricas de Joinville. Nas palavras dos operários

Não aceitaremos nenhuma intervenção judicial com o objetivo de fechar a Flaskô ou transformá-la em uma cooperativa, demitindo os trabalhadores e acabando com os direitos [...] Sabemos que as fábricas ocupadas são a prova viva que os trabalhadores não precisam de parasitas destruindo e pilhando a sociedade, como é prova a lista pública dos milhos de devedores do INSS entre eles o Banco Itaú, o Unibanco e a Vale do Rio Doce. [...] Manteremos a Flaskô sob o controle democrático dos trabalhadores. Com nosso Conselho de Fábrica eleito pelos trabalhadores para dirigir a fábrica e a luta pelos empregos e pelos direitos. Não aceitaremos a intervenção! (CONSELHO, 2007).⁴

O que se pode perceber com isso é que a formação de cooperativas nesse contexto não é uma solução dos trabalhadores, mas um ataque contra eles na luta entre classes antagônicas. A formação de cooperativas vem tomando proporções consideráveis no debate sobre as saídas que os trabalhadores dispõem. A justificativa utilizada para que os operários formem juridicamente uma cooperativa usa inclusive as palavras do próprio Marx, o que daria um estatuto de verdade para essas soluções precarizantes.

Se não há proprietário, os trabalhadores da empresa teriam organizado *informalmente* uma cooperativa independente. Isso é verdadeiro, porém, ao não aceitarem a fundação de uma cooperativa juridicamente constituída, os operários da Flaskô se recusam a deixar de lutar politicamente. Além disso, quando reivindicam a estatização sob o controle dos trabalhadores da empresa como meio de unir as lutas por empregos e

³ Apresentam-se aqui dois exemplos da formação da cooperativa pelo governo Lula. Em 2007, a Cipla e Intefibras, ambas de Joinville-SC, empregavam 1000 trabalhadores. Hoje, outubro de 2009, depois da intervenção federal, restam apenas 280 operários. Além disso, a conquista da redução para 30 horas de trabalho foi extinta, voltando para a jornada de 44 horas semanais.

⁴ Carta do Conselho de Fábrica da Flaskô a trabalhadores de todo o mundo. Sumaré, 21 jun. 2007. Disponível em: < <http://www.cut.org.br/content/view/5237/170/>>. Acesso em 23 abr. 2010.

por direitos, esforçam-se em negar o momento presente como uma reivindicação transitória.

A necessidade de uma secretaria em um ministério para *auxiliar* esses cooperativistas a continuar a concorrer com pequenos empresários e outros trabalhadores cooperativados, além das grandes empresas. Nessa medida, a reivindicação da estatização não é um pedido de *ajuda* para a sobrevivência dos trabalhadores, pois isso foi oferecido pelo Governo Federal desde o começo da campanha das fábricas e sempre rejeitada pelos trabalhadores.

Não é somente na esfera produtiva que pode haver um processo de socialização das empresas privadas. O desenvolvimento do sistema de crédito proporcionou a criação de empresas por ações e a conseqüente coletivização da propriedade das empresas. Esses elementos de socialização são próprios do modo de produção capitalista, que cria no seu interior traços de sua superação.

As fábricas das cooperativas de trabalhadores, no interior do regime capitalista, **são a primeira ruptura da velha forma, embora naturalmente, em sua organização efetiva, por toda parte reproduzam e tenha de reproduzir todos os defeitos do sistema capitalista.** Mas, dentro delas, suprimiu-se a oposição capital e trabalho, **embora ainda na forma apenas em que são os trabalhadores como associação os capitalistas de si mesmos, isto é, aplicam os meios de produção para explorar o próprio trabalho.** Elas mostram como, em certo nível de desenvolvimento das forças produtivas materiais e das formas sociais de produção correspondentes, novo modo de produção naturalmente desponta e se desenvolve partindo do antigo. Sem o sistema fabril oriundo do modo capitalista de produção, não poderia desenvolver-se a cooperativa industrial dos trabalhadores, e tampouco o poderia sem o sistema de crédito derivado desse modo de produção. Esse sistema, que constitui a base principal para a transformação progressiva das empresas capitalistas privadas em sociedades capitalistas por ações, também proporciona os meios para a expansão progressiva das empresas cooperativas em escala mais ou menos nacional. Tanto as empresas capitalistas por ações quanto as **cooperativas industriais de trabalhadores devem ser consideradas formas de transição entre o modo capitalista de produção e o modo associado,** com a diferença que num caso, a contradição é superada negativamente e, no outro, de maneira positiva (MARX, 1981, p. 509). 5

Esse aparente otimismo em relação às cooperativas é na verdade uma constatação de um movimento imanente ao desenvolvimento contraditório do capitalismo, que gera um emaranhado de elementos que têm o *potencial* de superar o capital. A grande indústria também é exemplo de que o capitalismo é criador de elementos antagônicos, pois dela se origina o

5 Grifos nossos.

próprio proletariado que é o sujeito histórico portador da *potencialidade* de sobrepujar o capitalismo. Desse modo, o autor procura nas qualidades do presente o pressuposto de um novo modo de produção, ou seja, percebe nas formas capitalistas atuais os elementos transitórios.

Segundo Benoit (2008) o conceito de transição na teoria marxista opera em três sentidos que se interconectam: primeiramente pode ser interpretado como as formas de se caminhar do modo de produção capitalista até a tomada do poder de Estado pelo proletariado. Nesse sentido, é preciso compreender as leis que dirigem o presente capitalista e, principalmente, o conjunto de elementos que operam suas modificações. Dessa maneira, o presente capitalista posto deve ser compreendido e negado, de forma a pensar a transição deste presente para elementos de outro presente. Benoit (2008) afirma que este é o sentido sobre o qual o conceito de transição predomina, determinando os outros dois sentidos.

Um segundo sentido refere-se ao período que se estabelece após a tomada do poder, em que a transição ocorre por um período largo de tempo em momentos distintos da passagem do socialismo ao comunismo. Por último, um sentido em que a transição é compreendida pela de passagem de um modo de produção a outro, qualquer um que seja o modo de produção, como por exemplo, da comunidade primitiva ao modo de produção asiático ou do feudal ao capitalismo ou deste ao socialismo e comunismo.

As empresas por ações, como as cooperativas, também são elementos antagônicos que surgem no seio do modo de produção capitalista. O próprio desenvolvimento do capitalismo, através das sociedades anônimas, gera, contraditoriamente, o fim da propriedade privada, na medida em que transforma propriedades individuais em propriedades coletivas. A extinção paulatina de capitalistas individuais e a simultânea instituição gradual da propriedade coletiva dos meios de produção também são prova de que o capitalismo cria o seu oposto. Porém, a forma jurídica capitalista da qual a propriedade privada é determinante, subordina todas as outras formas coletivas, deixando-as presas à lógica do capital. Assim, pensar que a disseminação de cooperativas, espontaneamente, tende a levar a um modo de produção superior, está no mesmo patamar que acreditar que a multiplicação das sociedades anônimas conduz ao fim da propriedade privada dos meios de produção (GERMER, 2006).

Marx (1977a; 1977b) nega peremptoriamente a possibilidade de o cooperativismo se desenvolver e levar à transição entre o capitalismo e um novo modo de produção. Consideradas apenas como uma forma transitória dentro do capitalismo, o que autor ressalta é exatamente a possibilidade de as cooperativas servirem como um desvio da luta de classes, no qual filantropos e “eminentes” economistas repetem entediadamente que o

sistema de trabalho cooperativo não deva ser estimulado pelas razões estruturais de que jamais conseguirá deter o desenvolvimento exponencial do monopólio, libertar as massas ou reduzir de maneira perceptível a desigualdade entre as classes (MARX, 1977b).

Empresas capitalistas

As fábricas cooperativas, bem como as empresas capitalistas por ações, provam que, no desenvolvimento capitalista, o patrão, como uma função particular na produção, é completamente ultrapassado na razão proporcional e direta em que o trabalho do proprietário não é resultado do processo de produção em seu aspecto capitalista. Entretanto, mesmo não prescindindo dele como uma função particular, o capitalista não desaparece, pois ele provém da forma social do trabalho, ele é plasmado pelo metabolismo social do capital. Segundo Marx (1981, p. 445) os economistas vulgares são incapazes de perceber formas desenvolvidas em meio à produção capitalista que são “separadas e libertas de seu contraditório caráter capitalista”, afirmando que o trabalho do capitalista não é necessário como uma função produtiva específica.

Desse modo, parece ser evidente que as cooperativas não são um embrião de uma nova sociedade num plano micro, que cresce, evolui e se espalha em dimensões nacionais. Da mesma forma, uma cooperativa não é uma semente que se planta no solo fértil da solidariedade da classe trabalhadora para, a partir disso, passar a concorrer no deserto do capital. As cooperativas não representam nada além de empresas capitalistas desenvolvidas no interior do modo de produção, que prescindem da função do proprietário como figura essencial para seu funcionamento. Nas palavras de Marx (1977a, p. 237) o operariado ao enveredar pelo cooperativismo tende a retroceder a um “movimento de seitas”, como se configuravam as cooperativas no século XIX, ao invés de avançar na luta de classes.

Diferentemente das cooperativas de produção, o critério principal que direciona a Flaskô é orientado, mesmo que defensivamente, por uma disputa de classe, e não pelo mercado. Assim, o rumo da empresa ocupada é tomado com preponderância da política. Essa forma de constituir uma empresa desvenda os olhos dos trabalhadores quando a luta política é priorizada, demonstrando a partir de qual escombros da sociedade capitalista se deve começar. Nessa medida, a forma cooperativa foi uma maneira de organizar a produção durante a revolução dos trabalhadores parisienses de 1871. Não fazia sentido para o proletariado, ao se organizar nas fábricas, convocar um proprietário para conduzir a produção de bens, se eles

próprios podiam conduzir as fábricas. Analogamente⁶, é preferível para um burguês construir uma oficina, de tecelagem, por exemplo, para vinte trabalhadores do que dispor de dez oficinas com dois trabalhadores cada uma, pois se economiza meios de produção quando se emprega muitos operários num mesmo processo de trabalho. Em outras palavras, pode-se afirmar que, assim como a cooperação no processo de trabalho, uma empresa cooperativa é um desdobramento próprio do capital no seu processo contraditório de desenvolvimento.

Muitos estudiosos da chamada *economia solidária* que fazem de suas pesquisas um conjunto de argumentos que defendem as cooperativas como formações sociais que poderiam concorrer com os monopólios e, enquanto não os superam, vão melhorando, aos poucos, a vida de quem delas participa. Esses empreendimentos são desenvolvidos com o apoio de sindicatos, governos, organizações não governamentais e outros fomentadores de cooperativas que propõem valores de autogestão para os trabalhadores, acompanhados pelo combate ao desemprego e norteados pelo desenvolvimento sustentável. A direção que se buscaria nesse movimento é a maior democratização do trabalho por meio da posse coletiva, bem como pela autogestão, que pretendem pôr fim à subordinação do trabalho ao capital.

O enfeitiçamento provocado pela forma cooperativa como panacéia para a classe trabalhadora corrobora para o afastamento do movimento operário da luta entre as classes na razão proporcional em que sua orientação deixa de ser seu embate cotidiano para derrotar o capital, passando a ser exclusivamente sua sobrevivência dentro da lógica do capital. Nesse sentido, as cooperativas passam a representar, para os trabalhadores, alternativas de ocupação através da manutenção de seus postos de trabalho ou ainda de geração de emprego e de renda, como solução à disseminação exponencial do desemprego. Ao imergir nas alternativas dadas pelas cooperativas solidárias, os trabalhadores não se inserem nos combates e lutas dos imperativos da luta de classes.

Bibliografia

- BENOIT, Hector. O conceito de transição ou receitas do futuro? In: GALVAO, Andréia (org.) **Marxismo, capitalismo, socialismo**. São Paulo: Xamã: Campinas: CEMARX-UNICAMP, 2008. pp. 145-160.
- CONSELHO de Fábrica da Flaskô. **Intervenção na Flaskô**. Sumaré, 21 jun. 2007. Disponível em:

⁶ Contemporaneamente a reestruturação produtiva impõe a muitos setores o trabalho a domicílio como forma de reduzir custo, pagando salário por peça e fugindo das contribuições trabalhistas.

<<http://www.cut.org.br/content/view/5237/170/>>. Acesso em 23 out. 2009.

GERMER, Claus. A “economia solidária”: uma crítica marxista. **Outubro**, São Paulo, n 14, p. 193 – 214, 2006.

MARX, Karl. **O capital**. Livro 3, v. 5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

_____. Crítica ao programa de Gotha. In: MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **Textos 1**. São Paulo: Edições Sociais, 1977a. p. 221 – 252.

_____. Manifesto de lançamento da Associação Internacional dos Trabalhadores. In: MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **Textos 3**. São Paulo: Edições Sociais, 1977b. p. 313 - 321.

RASLAN, Filipe. **Resistindo com Classe: o caso da ocupação da Flaskô**. 2007. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2007.